



Correspondência privada e redes familiares: um novo olhar para a trajetória de D. Rodrigo de Souza Coutinho

Nívia Pombo*

RESUMO

Biografar “grandes personagens” tornou-se um desafio historiográfico desde o surgimento da chamada Nova História Política. Os caminhos teórico-metodológicos na atualidade oferecem reflexões a partir da complexa relação entre indivíduo e sociedade, como meio de romper com uma narrativa linear que descuida das hesitações e escolhas feitas por um indivíduo. Este artigo perscruta tal problemática a partir do exame da correspondência particular de D. Rodrigo de Souza Coutinho, escrita entre 1778 e 1796, guardada na *Coleção Condes de Linhares* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Questionam-se algumas interpretações sobre este personagem central da administração portuguesa do final do século XVIII: ele foi de fato preparado pelo marquês de Pombal para assumir as funções que o notabilizaram? A imagem de “gênio visionário” corresponde à sua trajetória? Problematizam-se as vicissitudes vividas por D. Rodrigo e seus familiares na disputa pelos principais cargos da monarquia, permitindo a desconstrução mítica do personagem.

Palavras-chave: D. Rodrigo de Souza Coutinho; correspondência privada; redes sociais; biografia; reformismo ilustrado.

Private correspondence and family networks: a new look at the trajectory of D. Rodrigo de Souza Coutinho

ABSTRACT

Biography of “great characters” has become a historiographical challenge since the emergence of the so-called New Political History. The theoretical-methodological possibilities available today offer reflections from the complexity of individual-society relationships, breaking with a linear narrative that neglects the choices made by an individual. This paper investigates the

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02305119>

Artigo recebido em 17 de fevereiro de 2021 e aceito para publicação em 7 de julho de 2021.

* Professora Adjunta do Departamento de História e do PPGH do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do INCT Proprietas. Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: niviapombo.uerj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1541-2748>.

private correspondence of D. Rodrigo de Souza Coutinho, written between 1778 and 1796, kept in the Condes de Linhares Collection of the Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Some of the interpretations about this central character of the Portuguese administration at the end of the 18th century are questioned: was he in fact prepared by the marquis of Pombal to assume his notable positions? Does the image of “visionary genius” match his career trajectory? This analysis problematizes the vicissitudes experienced by D. Rodrigo and his family in the dispute for the main ranks of the monarchy, allowing the deconstruction of the myth surrounding the character.

Keywords: D. Rodrigo de Souza Coutinho; private correspondence; biography; enlightened reformism; social networks.

Correspondencia privada y redes familiares: una nueva mirada a la trayectoria de D. Rodrigo de Souza Coutinho

RESUMEN

La biografía de “grandes personajes” se ha convertido en un desafío historiográfico desde el surgimiento de la llamada Nueva Historia Política. Los caminos teórico-metodológicos en la actualidad ofrecen reflexiones a partir de la compleja relación individuo-sociedad, como forma de romper con un relato lineal que deja de lado las vacilaciones y elecciones de un individuo. Este artículo examina este problema a partir del examen de la correspondencia privada de D. Rodrigo de Souza Coutinho, escrita entre 1778 y 1796, conservada en la Colección Condes de Linhares del Archivo Nacional de Torre do Tombo. Se cuestionan algunas interpretaciones de este personaje central de la administración portuguesa a fines del siglo XVIII: ¿fue realmente preparado por el Marqués de Pombal para asumir las funciones que lo hicieron notable? ¿La imagen de “genio visionario” coincide con su trayectoria? Se problematizan las vicisitudes vividas por D. Rodrigo y sus familiares en la disputa por los principales cargos de la monarquía, permitiendo la deconstrucción mítica del personaje.

Palabras clave: D. Rodrigo de Souza Coutinho; correspondencia privada; redes sociales; biografía; reformismo ilustrado.

Uma trajetória linear?

Poucos são os registros da viagem de regresso de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) a Lisboa, quando deixou o Reino da Sardenha-Piemonte em 30 de julho de 1796, cumprindo a ordem de seu superior, Luís Pinto de Souza, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O ofício que recebera dias antes de sua partida era vago, sem qualquer pista

das intenções do poder central.¹ No trajeto que se iniciou em Turim, passando por Gênova, Barcelona, Madri e finalmente Lisboa, uma dúvida: afinal, *o que o destino lhe reservava?* Paradoxalmente, pode-se inferir que D. Rodrigo tinha uma certeza: a *distância* física da Corte e do centro decisório do Império português fora enfim vencida por suas estratégias de representação, encaminhadas durante os dezessete anos em que viveu na penumbra de uma assistência diplomática sem grandes benefícios para a sua Casa (SANTOS, 2009, p. 213-225).

D. Rodrigo fora nomeado para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, função que o notabilizou na historiografia dedicada às relações entre Portugal e Brasil no final do século XVIII e início do XIX. Em seguida, assumiu a presidência do Erário Régio em 1801, permanecendo até 1803. Após um pedido de demissão, afastou-se da Corte, retornando em 1807 para o Conselho de Estado, quando votou favoravelmente pela transferência da família real para o Rio de Janeiro. Na nova capital, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, servindo à monarquia até 1812, quando falece precocemente. O período, marcado pelas tensões revolucionárias na Europa e nas Américas, dificilmente é interpretado sem referências às ações reformistas ilustradas de Souza Coutinho, figura a quem se atribui, também, a formulação da ideia de Império luso-brasileiro, decantada entre nós em 1822.

Teria sua vida, no entanto, transcorrido como um conjunto ordenado e orientado para os cargos que ocupou?² Dada a relevância do personagem para a conjuntura supramencionada, este artigo propõe-se a examinar, à luz das relações entre história e biografia, a forma como sua correspondência privada permite enxergarmos outra face de sua trajetória³. Essa imagem pode ser contraposta tanto ao ordenamento linear e lógico dos eventos de sua carreira como homem público, quanto às interpretações de caráter mítico, que o colocam como uma espécie de “gênio visionário”, ocupando em uma perspectiva de história nacionalista, o panteão dos homens que se preocuparam com a criação de um “poderoso império no Brasil” (LIMA, 2006; MENDONÇA, 1933).

Um dos argumentos mais reiterados pela historiografia que dedicou atenção à carreira de D. Rodrigo é a sua ligação com Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, seu padrinho de batismo (FUNCHAL, 1908, p. 186). O marquês de Funchal, descendente e autor da primeira biografia de D. Rodrigo, sugeriu esse vínculo, creditando ao ministro de D. José I a tarefa de ter cuidado de perto da educação do afilhado. Em uma narrativa

¹ ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante ANTT/MNE). Correspondência para as Legações portuguesas. Despachos. Livro 105.

² Coloca-se a pergunta feita por Pierre Bourdieu no célebre artigo *L'illusion biographique* (*Actes de la recherche en Sciences Sociales*. *L'illusion biographique*, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2317. Acesso em: 10 out. 2020). Uma versão em língua portuguesa encontra-se em Bourdieu (2006).

³ Os estudos sobre a relação entre história e biografia adensaram-se nas últimas duas décadas. A denúncia da ilusão biográfica feita por Pierre Bourdieu na década de 1980 desencadeou inúmeras reflexões sobre o tema. Para ampliar a discussão, ver: Loriga (2011), Oliveira (2017), Revel (2010) e Ricoeur (2014).

apoiada na memória da família, Funchal afirmou ter sido D. Rodrigo, desde pequeno, um “discípulo de Pombal” que “herdou do grande mestre as suas qualidades”, entre elas “um justo amor pela liberdade numa época, em que para as monarquias a chamada liberdade [...] representava o terror e o assassinio dos reis e dos nobres” (FUNCHAL, 1908, p. 27). Amparado no panegírico de Silva Geraldês Quelhas (QUELHAS, 1812), Funchal assegurou que D. Rodrigo fora educado “debaixo das vistas de Pombal”, tendo sido escolhido: “[...] para companheiro e quiçá para futuro ministro e esteio da monarquia do futuro rei de Portugal, havia sido colocado quase desde a infância ao lado do príncipe D. José, cuja preparação política em cuidadosa educação tinha sido objeto das mais desveladas preocupações do grande marquês” (FUNCHAL, 1908, p. 29).

A autoridade da informação, fornecida como memória por um familiar de D. Rodrigo, ecoou em outras interpretações. Na análise de Otávio Tarquínio de Sousa o “afilhado do marquês de Pombal” foi descrito como uma “curiosa figura de homem, bem característica do seu tempo, ansioso de renovação e de progresso, mas ao mesmo tempo na disposição [...] de aproveitar os vastos recursos das colônias portuguesas, sobretudo do Brasil [...]” (SOUSA, 2015, p. 77).

A fabricação de um elo entre D. Rodrigo e o marquês de Pombal desde a infância, projetado como herança de um modelo de ministro a ser seguido, conferiu um sentido fixo à trajetória de Souza Coutinho. Como se “desde criança” o personagem tivesse nascido para cumprir o destino de tornar-se um estadista de influência junto à monarquia (BOURDIEU, 2006). Esse fado não escapou à conhecida interpretação de Kenneth Maxwell sobre a “geração de 1790”: “Pombal, seu padrinho, segundo a voz corrente, queria que D. Rodrigo tivesse tanta influência junto ao príncipe quanto ele próprio tivera junto a Dom José I” (MAXWELL, 1978, p. 234; MAXWELL, 1999, p. 157-207). Legado que marcaria a ação não apenas de D. Rodrigo, mas dos homens que estiveram a sua volta, todos herdeiros do pombalismo (ARAÚJO, 2000, p. 9-40; DIAS, 1982, p. 45-114).

O estudo da correspondência privada da família, preservada na *Coleção Condes de Linhares* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), nos permite desconstruir essa imagem. Deste acervo foram lidas e analisadas 103 cartas, escritas entre 1780 e 1796, publicadas pela historiadora Andréa Mansuy-Diniz Silva, sob o título “Correspondência familiar de D. Rodrigo” (SILVA, 2003, v. 1, p. 491-638). Essas cartas foram remetidas majoritariamente aos irmãos, José Antônio, conhecido como Principal Souza, e Mariana, sua irmã mais velha. A análise também recorrerá a outras cartas da mesma coleção não publicadas e alguns ofícios enviados por D. Rodrigo aos seus superiores em Lisboa, localizados no fundo Legação de Turim do Ministério dos Negócios Estrangeiros do ANTT.

O artigo divide-se em três partes. Na primeira, analiso o casamento dos pais de D. Rodrigo com a intenção de demonstrar como uma mácula na linguagem provocou prejuízos a sua carreira e a de seus irmãos. Valoriza-se o debate sobre a importância do sangue e dos

serviços na lógica da distribuição das mercês entre os que disputavam as funções do topo da administração metropolitana (HESPANHA, 1993, p. 27-42; MONTEIRO, 2005, p. 4-20). Na segunda, demonstro o papel exercido pela família na elaboração de estratégias para angariar nomeações de prestígio para a Casa dos Souza Coutinho. Ressalta-se o papel das redes de sociabilidade, na qual a família mostra-se central à afirmação social do indivíduo (BERTRAND, 1999, p. 107-135).

Analiso, por fim, as estratégias encaminhadas pelo próprio D. Rodrigo, em especial a escrita de memórias e planos econômicos, associando alguns deles aos momentos de solicitação de um cargo específico na Corte. Tais artifícios surtiram efeito? Estavam alinhados com comportamentos e práticas cortesãs típicas de uma sociedade de Antigo Regime? Afiavam-se com a cultura das Luzes? Questões as quais se tentou oferecer respostas.

A origem familiar: uma mácula na linhagem

D. Rodrigo nasceu em Chaves, em 3 de agosto de 1755, filho de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e de D. Ana Luísa Teixeira de Andrade da Silva.⁴ A família de seu pai gozava de grande distinção, com uma origem que remontava à primeira dinastia de Portugal (FUNCHAL, 1908, p. 355).

Seu avô, Rodrigo de Souza Coutinho Castelo-Branco e Meneses, era filho do 10º conde de Redondo, e sua avó, D. Maria Antônia, era filha de Roque Monteiro Paim, secretário e conselheiro do rei D. Pedro II. Senhora culta e conhecida por seu gosto pela escrita, D. Maria Antônia publicou uma tradução do francês da obra *História da Igreja do Japão em que se dá notícia da primeira entrada da fé naquele império*, do padre João Crasset, e um pequeno livro de devoção dedicado ao conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal (SILVA, 2003, v. 1, p. 19-38). Apoiaram a reabertura do Real Colégio dos Nobres (1761-1837), matriculando quatro crianças na instituição: D. Rodrigo, seu irmão D. José Antônio de Souza Coutinho, seus primos D. José Maria do Carmo e Souza Botelho Mourão e D. Alexandre Domingos de Souza Holstein.⁵ Lealdade recompensada com as nomeações, na mesma ocasião, de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho para o governo do reino de Angola e de seu cunhado, o morgado de Mateus, para a capitania de São Paulo (POMBO, 2015, p. 126-127).

D. Francisco, pai de D. Rodrigo, não era o primogênito de sua família e, em vez de seguir a carreira eclesiástica ou cursar alguma faculdade, optou pelas armas. As razões para essa escolha não são claras, mas possivelmente ligadas a alguma estratégia de acrescentamento à Casa. Razão que justifica também seu casamento, materialmente vantajoso, com Ana Luísa

⁴ D. Rodrigo era o terceiro filho. Antes dele, nasceram suas irmãs: Mariana, com quem trocou ao longo de sua vida uma rica correspondência, e Luísa Margarida, falecida em tenra idade.

⁵ ANTT. Colégio dos Nobres. Registo de Colegiais. Livro primeiro de registo das entradas, saídas, profissões e actos que fizerem os colegiais do Colégio Real de Nobres (1765-1771).

Joaquina Teixeira de Andrade. Esta era neta de Matias Barbosa da Silva, um minhoto que fez fortuna nas Minas Gerais do começo do século XVIII, casado com uma senhora nascida no Brasil, Luísa de Sousa de Oliveira, com “defeitos mecânicos” inequívocos (MONTEIRO, 2005, p. 4-20). Matias Barbosa era um homem riquíssimo e ao falecer em Vila Rica em 1742, deixou uma grande fortuna em ouro, prata e escravos. Patrimônio que foi, em grande parte, herdado por Ana Luísa Joaquina e transferido por dote a Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (PINTO, 2012, p. 163-194).

A fortuna de Ana Luísa não foi suficiente para convencer os Souza Coutinho das vantagens do casamento para a Casa. Há indícios de que se colocaram avessos à união de D. Francisco com uma família suspeita de “defeitos mecânicos”, como a existência de dois registros do enlace: um realizado em Contins, Trás-os-Montes; e outro celebrado na província de Zamora, na Espanha. Não há evidências de a mãe de D. Rodrigo ter frequentado a Corte e a família viveu reclusa, como nobres de província (SILVA, 2003, v. 1, p. 30-31). Em carta de 2 de abril de 1779, D. Francisco Inocêncio desabafou com Frei Inácio de São Caetano, arcebispo da Tessalônica: “Nasci tão pobre como filho segundo de uma Casa pobre; pelo meu casamento se levantaram contra mim todos os meus parentes [...]”.⁶

A mácula na linhagem passaria a ser uma sombra para os seus descendentes, como pode ser apreendido de um comentário feito por D. Rodrigo acerca do casamento de seus pais. Para ele, seu pai deveria ter guardado “[...] maior escrúpulo de lesar os meus sucessores de um real daquilo que constituía o seu fundo. Se assim tivessem pensado o meu avô materno [Domingos Teixeira] e meu pai, considera qual seria agora a nossa riqueza e o nosso fundo”.⁷ Os prejuízos dos enlaces fizeram-se sentir nas carreiras do irmão D. Francisco Maurício, que chegou a falsificar sua ascendência para ingressar na Ordem de Malta (SÃO PAYO, 1994, p. 83-100), e de José Antônio de Meneses, que também passou por vários percalços até seu ingresso na Sé Patriarcal de Lisboa.⁸ Em carta para Luís Pinto de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo responsabilizou as “vozes públicas de Lisboa” pelo preterimento de seu irmão ao cargo de Principal. A memória coletiva deixava em evidência a origem da avó e mãe de D. Rodrigo, difamando uma família que tinha “[...] a honra de ver sobre as sepulturas dos seus avós os tijolos de parentes dos Augustos Soberanos [...]”.⁹

As missivas da família Souza Coutinho apontam tanto para a importância do sistema familiar de Antigo Regime, no qual seus membros exerciam seus papéis fundamentais ao

⁶ ANTT. Coleção Condes de Linhares (doravante ANTT/CCL). Carta de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho à Frei Inácio de São Caetano. Madri, 2 de abr. de 1779. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 357-358.

⁷ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo ao seu irmão José Antônio. Turim, fev. de 1780. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 495-496.

⁸ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo à Mariana. Turim, 28 de abr. de 1784. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 518-519.

⁹ ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante ANTT/MNE). Legação Turim, caixa 863. Carta de 20 dez. 1788. Grifos nossos.

acrescentamento da Casa, quanto revelam a existência de uma rede de sociabilidade, na qual se evidenciam as trocas de favores e serviços. Tal comportamento incluía a criação e manutenção de vínculos de proteção alargados que, nesse caso, extrapolavam a relação da família com o marquês de Pombal, para incluir outras figuras de influência na Corte, como os ministros Ayres de Sá e Mello, Martinho de Melo e Castro e Luís Pinto de Souza; e o confessor da rainha D. Maria I, Frei Inácio de São Caetano, arcebispo da Tessalônica (SANTOS, 2013, p. 53).

Tal percepção encontra-se com as problemáticas analisadas por Michel Bertrand, que compreende serem as “redes sociais” um instrumento de exame que remete a três dimensões: uma de caráter morfológico, ou seja, uma rede é constituída por pontos e linhas que ligam um conjunto de indivíduos. Uma dimensão relacional, pois constitui um sistema de trocas de favores, laços que revelam a circulação de bens e serviços. Por fim, uma rede apresenta-se de modo versátil e seus laços são variáveis, mobilizados a partir de uma determinada finalidade. Essa flexibilidade permite compreendermos o quanto as figuras de proteção na Corte alteravam-se de acordo com o contexto e com o propósito projetado pelas famílias. (BERTRAND, 2009, p. 5; GOUVÊA, 2010; BEUNZA; RUIZ, 2011).

O sistema familiar e a trajetória de D. Rodrigo

D. Rodrigo ingressou aos 23 anos na carreira diplomática, deixando inconclusa sua formação em Leis na Universidade de Coimbra. Sua nomeação como ministro plenipotenciário na Corte de Turim resultou das negociações feitas por seu pai junto ao ministro Ayres de Sá e Mello. D. Francisco registrou seu contentamento em carta à D. Ana Luísa Joaquina: “Mal posso eu hoje escrever-te [...] mas a necessidade me obriga a felicitar-te no despacho do teu filho; agora verás que nem os meus juízos, nem as minhas fadigas se enganaram: começa em uma idade em que com trabalho fui cabo de esquadra, a brilhante carreira de ministro, em uma corte muito linda [...]”.¹⁰

A experiência em Turim marcou o início de suas formulações reformistas de caráter ilustrado, algumas delas implementadas quando de sua atuação ministerial no final do século XVIII e início do XIX (SANTOS, 2009, p. 213-225). A despeito da importância da carreira diplomática para um jovem fidalgo, D. Rodrigo permaneceu por dezessete anos nesse serviço, sem que a Corte sinalizasse com qualquer perspectiva de ascensão em sua carreira. Torna-se necessário, portanto, indagar: quais os motivos de sua longa assistência diplomática em uma Corte pouco expressiva no quadro das potências europeias, sem grandes benefícios honoríficos e financeiros a sua Casa?

A leitura das cartas entre os anos de 1780-1796 permite perceber que a nomeação para Turim não foi uma solução para os problemas financeiros da família. Ao contrário, a as-

¹⁰ ANTT/CCL. Maço 59/5. Carta de D. Francisco Inocência de Souza Coutinho à D. Ana Joaquina, 21 jul. 1778.

sistência à Corte sarda resultou em empréstimos recorrentes junto ao credor Inácio Pedro de Quintela (SILVA, 1979, p. 21-65). Registro dessa dificuldade encontra-se em uma carta de D. Francisco Inocêncio para o filho, instruindo-o sobre a instalação de uma residência, recomendando não a mobilhar rapidamente, evitando, assim, “dar jantares, e ceias” com a “desculpa da falta de casa em estado de receber”. Alertava que o cargo de “ministro da segunda ordem” não contava com “a menor ajuda de custo” da Coroa, e que o melhor era passar de “um emprego para outros, sem embaraço de dívidas”.¹¹

Após a morte de seu pai em 1780, D. Rodrigo passou a ser o responsável pela administração da Casa e as pressões financeiras aumentaram. Com o auxílio de seu irmão, José Antônio, buscou nomeações para ofícios mais bem remunerados. Uma primeira tentativa ocorreu em 1782, quando decidiu acatar uma sugestão de José Antônio para um governo colonial: “dos governos da América, só quereria o Vice-reinado do Rio de Janeiro se me o dessem, que agora facilmente o proverão a alguém, e que daria este passo para bem comum, apesar da repugnância que tenho ao mar”¹².

O governo do Rio de Janeiro traria acrescentamentos à Casa, pois o cargo de vice-rei era, com frequência, recompensado com um título nobiliárquico (MONTEIRO, 2005, p. 108-112). Aos poucos, a ideia de um governo na América converteu-se na possibilidade de cuidar do patrimônio deixado por herança por seu bisavô, Matias Barbosa e, para além do Vice-reinado, D. Rodrigo passou a nutrir interesse por um governo em Minas Gerais:

Siga-se enfim o teu plano, e vejamos se ao menos podemos obter o Governo de Minas ou o do Rio de Janeiro para restabelecer as fazendas que ali [Minas Gerais] nos restam, vendendo-as convenientemente [...] O Rio de Janeiro seria muito mais útil, mas Minas Gerais não deixariam de ser convenientes. Enfim, a utilidade é também tua, e o plano teu, assim bem o podes trabalhar, e tocar-me-á a mim arranjar depois as fazendas que ainda lá restam.¹³

As solicitações dos ofícios foram feitas em 1783 em carta endereçada a Ayres de Sá e Melo e outra ao arcebispo da Tessalônica, conforme D. Rodrigo confidenciou a sua irmã Mariana. Mais uma vez reforçou a ideia de que era essa a forma de “ir arranjar lá [na América] os nossos negócios”, justificando sua atitude, “pois enfim em um país onde toda a nobreza é mercenária e dependente da Coroa, só nós é que não havemos de ter coisa alguma, e é preciso pensar em tornar-nos ao que é nosso”¹⁴. Nenhuma dessas pretensões foram atendidas pela Coroa.

¹¹ ANTT/CCL. Carta de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo. Santo Ildefonso, 26 ago. 1778. In: SILVA, André M.D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 329-330.

¹² ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo à Mariana. Turim, 12 dez. 1782. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 506.

¹³ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a José Antônio. Turim, 5 mar. 1783. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 507.

¹⁴ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a Mariana. Turim, 12 mar. 1783. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 507-508.

As nomeações para as regiões mais importantes do Império, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais, estavam reservadas aos fidalgos do Reino, especialmente aos filhos segundos de casas tituladas (MONTEIRO, 2005, p. 103). Este não era o caso de D. Rodrigo, advindo de uma linhagem de filhos segundos da Casa dos condes de Redondo. Considerando que naquele momento a mácula da linhagem circulava os corredores do Palácio de Queluz, pode-se especular que a recusa à nomeação estivesse relacionada a este fato. Dentro da lógica do sistema de corte, na qual o rei funcionava como um equilibrador do sistema, também é possível pensar que o benefício recaía nos que estavam mais próximos e podiam exercer maior pressão (ELIAS, 2001).

As recusas às solicitações de D. Rodrigo avolumavam-se. Em 1786, o pedido do ofício de plenipotenciário em Roma recebeu como resposta o silêncio da Corte.¹⁵ Sem esperanças, lamentou-se junto ao irmão “Sobre a tua promoção a Principal e a minha mudança daqui; temo tristes sucessos, e nada espero...”. Estava convencido de que em Portugal era “manha velha” perseguir os que serviam com zelo ao rei.¹⁶ Em 1790, deixou escapar que estavam a tentar um novo “projeto”: pedir um lugar no Conselho da Fazenda e estabelecer-se em Lisboa. A proposta feita por seu irmão José Antônio, no entanto, não agradava a D. Rodrigo:

Sobre o projeto de estabelecer-me em Lisboa e de pedir um lugar no Conselho da Fazenda, nada me parece tão absurdo, nem tão contrário ao meu modo de pensar, e mil vezes antes morrer em Turim do que ir residir em um Conselho onde ouviria a cada momento absurdidades que me fariam vir mil ânsias de vomitar; [...] Se quiseres falar na comissão de Londres dou-te plenos poderes: eu não o posso nem o devo fazer, porque assaz me custou pedir a de Roma e não a haver.¹⁷

A carta também revela um plano para plenipotenciário em Londres. Admirador do sistema político-econômico inglês, que considerava o mais moderno exemplo a ser seguido por Portugal, D. Rodrigo era um assíduo consumidor de gazetas e obras de caráter científico e econômico publicadas na Grã-Bretanha. O primeiro indício de uma solicitação para a vaga em Londres apareceu em 1786, em uma carta a sua irmã Mariana, na qual ele menciona as articulações realizadas por seu irmão junto à Corte de Lisboa: “Dê mil recados ao mano José da minha parte, e diga-lhe que se ele fizer de forma que me mandem ou para Londres ou

¹⁵ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a José Antônio. Turim, 3 maio 1786. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 532-533; Pedido reiterado no Ofício n. 25 de 20 jun. 1787. ANTT/MNE. Legação Turim. Caixa 864.

¹⁶ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a José Antônio. Turim, 13 set. 1786. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 541. O tema do preterimento aparece em sucessivas cartas aos seus familiares na mesma publicação: em 20 set. 1786, p. 542-543; 9 out. 1786, p. 544; 10 abr. 1787, p. 548-551; 30 jul. 1788, p. 553.

¹⁷ ANTT/CCL. Carta a José Antônio. Turim, 6 jan. 1790. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 576-577.

para Roma, receberá os meus trabalhos com uma dedicatória que testifique a nossa união e amizade”¹⁸. Plano que, como os anteriores, não foi atendido pela Coroa.

A sorte parecia virar em 1791, quando em uma carta ao irmão José Antônio, revelou uma nomeação por meio de uma troca de ministros: D. Lourenço de Lima passaria à Sardenha e, D. Rodrigo, seguiria para Viena¹⁹. Por motivos obscuros, no entanto, a permuta acabou malfadada (SILVA, 2003, p. 239-241). No mesmo ano, registrou o desejo de ser nomeado administrador dos correios no Reino, apostando que suas “fracas luzes” poderiam servir para ampliar os rendimentos da Coroa com esta atividade²⁰.

As tentativas de novos postos arrefecem a partir de 1792. A esta altura, D. Rodrigo encontrava-se casado com uma jovem da nobreza italiana, D. Gabriela di San Marzano e, com ela, aguardavam a chegada do segundo filho. As cartas passam a expressar o desejo de “sossego” do casal, como o de permanecer em Turim, ou ainda, virar um agricultor na Quinta da Lagoalva, em Santarém. O que ficou demonstrado até aqui nos ajuda a enxergar a complexidade e a riqueza expressa em uma trajetória que, longe de estar predestinada a uma determinada posição social, nos revela as vicissitudes de um integrante da nobreza portuguesa do seu tempo.

Escritas e estratégias eruditas de representação

As missivas trocadas por D. Rodrigo com seus irmãos não aludem qualquer pretensão ao cargo de ministro das Secretarias de Estado. Essa informação corrobora com a defesa feita de que ele não nasceu predestinado ao cargo e, ao contrário, sua trajetória registra um conjunto de incertezas quanto ao seu futuro no serviço régio. Como sugere Jacques Le Goff, uma das dificuldades em biografar “grandes personagens” é o historiador cair na “falsa e pretensa oposição entre o indivíduo e a sociedade”, pois uma investigação biográfica se depara com uma rede complexa de relações “feita de acasos, de hesitações, de escolhas”. Nesse sentido, cumpre seguir os caminhos propostos por Le Goff para pensar como o personagem “constroí a si próprio e a sua época, tanto quanto foi constituído por ela” (LE GOFF, 2002, p. 19).

Um desses caminhos nos impede de ignorar que o nome de D. Rodrigo foi pensado para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos e, de fato, sua nomeação para o cargo ocorreu em setembro de 1796. Para tentar dar conta de tal problemática, parte-se da

¹⁸ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a Mariana. Turim, 26 jul. 1786. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 538-539.

¹⁹ BIBLIOTECA Nacional (Brasil). Coleção Linhares. Carta de D. Rodrigo de S. Coutinho dirigida a D. Lourenço de Lima comunicando a sua nomeação como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Viena. Turim, 16 jul. 1791.

²⁰ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a José Antonio. Turim, 3 ago. 1791. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 593.

seguinte pergunta: D. Rodrigo construiu a si próprio? Deixou suas “impressões digitais”, isto é, nos legou traços de sua identidade, duráveis no tempo, pelos quais o reconhecemos como indivíduo? (RICOEUR, 2014, p. 18; LORIGA, 2011; LEVI, p. 167-182). Tais vestígios nos ajudam a compreender uma outra imagem de D. Rodrigo reiterada pela historiografia: a de homem das Luzes, expoente das ideias da economia política do século XVIII (CARDOSO, 1989; SILVA, 2006; POMBO, 2015).

Durante os anos que viveu em Turim, o personagem fez “escolhas” que nos ajudam na compreensão dos motivos pelos quais o seu nome foi, enfim, pensado para assumir as funções de ministro que ocupou na virada do século XVIII para o XIX. Ao mesmo tempo em que seu irmão José Antônio trabalhou para alcançar sucesso com alguma nomeação, D. Rodrigo utilizou outras estratégias de propaganda, associando sua imagem aos estudos científicos e à economia política²¹. As “impressões digitais” a que nos referimos acima são identificáveis nas memórias e nos planos de caráter econômico que escreveu, comportamento erudito que marcou o personagem como um arquétipo do reformismo ilustrado português.

Por meio da escrita de planos, memórias e discursos, manteve o seu nome vivo nos circuitos letrados portugueses, fabricando a imagem de homem culto, afinado com o ideário iluminista. Um primeiro exemplo pode ser identificado na sua aproximação com João Carlos de Bragança, o Duque de Lafões, quando a caminho de Turim ficou hospedado na casa do nobre erudito, por volta de 1778. Crítico da gestão do marquês de Pombal, Bragança impressionava por sua “linda erudição” e seu apreço pelos ideais iluministas franceses, em especial a promoção da agricultura e das artes. D. Rodrigo desejava que, em Portugal, a monarquia o obrigasse “por força a servir o Estado”²². Um ano depois, ao fundar a Academia de Ciências de Lisboa (1779), Lafões escolheu sete membros correspondentes que viviam fora de Portugal, entre eles, não hesitou em nomear D. Rodrigo (SILVA, 2003, p. 101).

A função o obrigava, de acordo com o estatuto da Academia, a apresentar ao menos uma memória por ano. Os arquivos da instituição não guardam as contribuições iniciais feitas pelos colaboradores, mas, possivelmente, o primeiro estudo que D. Rodrigo apresentou nas prestigiadas sessões da agremiação foi o seu *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações*, quando de sua licença para visitar a família, ocorrida entre os anos de 1779 e 1782 (POMBO, 2015, p. 176-191). O texto só foi publicado em 1789, mas há vários indícios de que ele tenha sido escrito ainda no início da década, coincidindo com o momento em que seu irmão pleiteou as nomeações para o vice-reinado do Rio de Janeiro e o governo de Minas Gerais.

Uma dessas pistas pode ser localizada na carta enviada à D. Mariana, em 1786, na qual solicita a sua irmã uma cópia da memória lida na Academia das Ciências de Lisboa:

²¹ Uso a ideia de propaganda aqui tal como a propõe Peter Burke em seu estudo *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV* (BURKE, 2009, p. 16-17).

²² ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo à D. Mariana. Escorial ou Madri, nov. 1778. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 399-400.

“Rogo-lhe queira mandar-me uma cópia da memória que eu li na Academia – sobre a influência das minas dos metais preciosos da indústria das nações que as possuem –, que desejaria reuni-la com alguns outros trabalhos de economia política que a mana verá um dia.”²³ A leitura pública ocorreu provavelmente entre os anos de 1780 e 1782, quando esteve de licença do emprego em Turim para visitar sua família. Momento que coincide com as solicitações do governo de Minas Gerais, como ficou demonstrado anteriormente.

Em outubro de 1786 enviou a Martinho de Melo e Castro um plano de loteria anual equivalente ao *English State Lotery* e, no mesmo ano, uma pequena memória sobre a fiscalidade e as finanças em Portugal, sugerindo mudanças na cobrança dos impostos aos “homens úteis”, como os cultivadores e os artesãos, transferindo a taxaço para os objetos de luxo (COUTINHO, 1993, t. 1, p. 137-141). As transformações que aconteciam no campo econômico inglês eram cuidadosamente estudadas e refletidas por D. Rodrigo, tornando suas solicitações para representar Portugal na Corte britânica, tal como apareceram nas missivas do ano de 1786, mais legítimas.

A partir de 1790, seus escritos financeiros parecem convergir para um novo interesse: o Conselho da Fazenda. D. Rodrigo poderia contribuir a distância com seus pareceres para o desembargo das petições, uma vez que o Conselho, desde a criação do Erário Régio (1761), não atuava na área administrativa, mas sua competência em matéria financeira limitava-se às querelas judiciais (SUBTIL, 1998, p. 156-271). Esse “projeto” foi acalentado até as vésperas de sua nomeação para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1796. Com os filhos pequenos, vivendo as tensões provocadas pela Revolução Francesa, D. Rodrigo parecia não fazer planos de deixar Turim. A família, a esta altura, era bem recebida no círculo cortesão piemontês, frequentando jantares e outros eventos sociais (ARAÚJO, 2016, p. 269-291).

Nessa fase, escreveu estudos sobre os temas da fiscalidade e das finanças em Portugal, bem como observações e reflexões acerca das reformas realizadas no reino da Saboia-Piemonte. Alguns desses textos seguiram para a leitura na Academia das Ciências de Lisboa, outros destinavam-se à apreciação de seus protetores na Corte, como Ayres de Sá e Melo e Luís Pinto de Souza. D. Rodrigo ficava na expectativa do retorno da avaliação de seus superiores, como é possível apreender de uma carta de dezembro de 1789, destinada a José Antônio: “Remeto-te hoje incluso um papel sobre a prosperidade da agricultura que traduzido em francês mereceu particulares elogios de Hertzberg²⁴, e do célebre Young, e de que a nossa Corte me não acusou nem a recepção”.²⁵ O desejo de receber uma resposta de Lisboa pode ser lido como um indicativo das intenções de D. Rodrigo em provocar reações na Corte e,

²³ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo à D. Mariana. Turim, 26 jul. 1786. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 538-539.

²⁴ Ewald Friedrich, conde von Hertzberg (1725-1795), diplomata prussiano.

²⁵ ANTT/CCL. Carta de D. Rodrigo a José Antônio. Turim, 23 dez. 1789. In: SILVA, André M. D. *Portrait d'un homme d'état*. V. 1. Paris: C. C. Calouste Gulbenkian, 2003, p. 572.

desse modo, manter-se vivo na memória dos seus pares políticos. Reitera-se, assim, a ideia formulada anteriormente de que seus escritos funcionaram como “impressões digitais” da imagem de “homem das luzes” legada à posteridade.

Ignorado em Lisboa, o estudo denominado *Reflexões políticas sobre os motivos da prosperidade da agricultura deste país* [Piemonte], que servem a fazer ver praticamente as vantajosas consequências dos sábios princípios adoptados²⁶, resultava de suas observações da agricultura piemontesa realizadas à luz da obra de Adam Smith e de periódicos científicos ingleses (SILVA, 2003, p. 155-156). Em especial, seu diálogo com o agrônomo Arthur Young (1741-1820), o qual em 1791 publicou em seus *Annals of Agriculture* a tradução para o francês do estudo a que D. Rodrigo se referiu na carta supracitada, com uma longa nota elogiosa ao autor e à memória:

Uma das mais inteligentes memórias que já apareceu em qualquer idioma; que faz infinita honra ao entendimento e princípios políticos de seu excelente autor, quem eu tive o prazer de conhecer em Turim [...]; e espero sinceramente, para bem-estar da agricultura e dos princípios políticos justos, ouvir novamente deste correspondente iluminado. Arthur Young.²⁷

O diálogo com os princípios da economia política, bem como com as novidades relacionadas aos estudos sobre a agricultura e as finanças, reflete-se em outro comportamento facilmente identificável em suas cartas: a aquisição de um rico acervo bibliográfico (CAROLINO, 2013, p. 109-140; ARAÚJO, 2016). Durante esses anos, D. Rodrigo correspondia-se assiduamente com João Paulo Bezerra Seixas (1756-1817), futuro barão de Itaguaí, que, residindo em Londres, enviava livros e catálogos de livrarias para o amigo em Turim (POMBO, 2015, p. 139). Do mesmo modo, procurava manter uma rede de trocas de notícias, remetendo gazetas italianas aos seus correspondentes e recebendo jornais de diversas partes da Europa em sua residência.²⁸

Os pedidos de livros e gazetas reforçavam a imagem de um homem que nutria forte apreço pela instrução, aproximando-o da cultura das Luzes²⁹. D. João de Almeida de Melo e

²⁶ *Reflexões políticas sobre os motivos da prosperidade da agricultura*. In: COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. André M. D. Silva (dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. I, p. 141-152.

²⁷ No original: “One of the ablest memoirs that has appeared in any language; which does infinite honour to the understanding and political principles of its excellent author, who I had the pleasure of knowing at Turin [...] and most sincerely hope, for the welfare of agriculture and just political principles, to hear again from this enlightened correspondent. A.Y.” [Tradução livre do autor]. In: COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Textos políticos, econômicos e financeiros*. (1783-1811). André M.D. Silva (dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. I, p. 141, nota 1.

²⁸ ANTT/CCL. Maço 62/23. Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para João de Oliveira de Saldanha.

²⁹ CARTA de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a João Paulo Bezerra Seixas, set./out. 1778. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. Une voie de connaissance pour l’histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les micro-biographies (sources – méthode – étude de cas). *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, p. 21-65, p. 50, doc. 14, 1979.

Castro, ministro plenipotenciário português em Londres, também se encarregava dos envios (SCHEDEL, 2016): “o caixote de livros destinados para Vossa Excelência me foram entregues por Cipriano Ribeiro Freire com a recomendação de os deter em minha casa até que Vossa Excelência me indicasse para onde se deveriam remeter”. Publicações dignas, como afirmou Melo e Castro do “patriotismo” de D. Rodrigo.³⁰

Os escritos funcionaram como estratégia de memória em momentos os quais o autor pleiteou cargos na administração central. O sentido é de *representação*, ou seja, a escrita como figuração do autor ausente. Para um nobre a existência social era dependente da proximidade com a corte, situação que podia determinar sua posição e, até mesmo, os rendimentos de suas casas. Enviados para funções distantes, como as missões diplomáticas e os governos das conquistas, os agentes régios desenvolveram estratégias distintas de se fazerem presentes. Estudos de práticas epistolares revelam formas de compensar a ausência por meio de uma escrita permeada de “vozes” e “imagens”, bem como a elaboração de processos de comunicação com os longínquos (CONCEIÇÃO, 2013; BOUZA, 2002).

A entrada no topo da administração central em 1796 não estava prevista nos planos de D. Rodrigo. O reconhecimento da existência de “inimigos cruéis”, a fragilidade da linhagem, maculada por um casamento fora do circuito cortesão, a necessidade de recorrer ao serviço régio como meio de sustentar o *status* de nobreza da família, são aspectos que, em conjunto, sugerem a instabilidade da vida de um nobre junto à corte.

Vista com seus altos e baixos, a trajetória política de D. Rodrigo não indica um crescimento de posição em linha ascendente, mas, ao contrário, uma dependência dos circuitos políticos da corte e, sobretudo da discricionariedade régia. Neste último caso, vale reiterar a análise de Fernanda Olival, que enfatiza a importância das mercês como mecanismo de remuneração dos serviços prestados pelos súditos não como uma obrigação régia, mas conforme o entendimento de justiça do monarca. O que D. Rodrigo compreendia como obra de seus inimigos, também pode ser interpretado como o reflexo da distância entre a noção de justiça do súdito e a justiça distributiva do rei, que dispensava a graça conforme o que ele considerava equânime. Ou seja: evidencia-se um espaço de fluidez na relação súdito-soberano, na qual o requerimento de uma mercê nem sempre era, na prática, atendido (OLIVAL, 2001, p. 15-38).³¹

Como sugeriu Le Goff, uma biografia esconde uma rede complexa de relações (LE GOFF, 2002, p. 19). D. Rodrigo construiu-se a si próprio sem deixar de se submeter às lógicas de prestígio típicas das sociedades de corte da Época Moderna. Seus escritos adequaram-se aos mecanismos de representação, usados por sua família como moeda valiosa junto ao poder central em troca de mercês e remuneração de serviços (RAMINELLI, 2008; ELIAS, 1995).

³⁰ ANTT/CCL. Maço 64/18. Carta de D. João de Almeida para o 1º conde de Linhares. Londres, 20 fev. 1793.

³¹ A perspectiva proposta por Olival se afasta, nesse ponto, da análise de António M. Hespanha, que enfatiza a obrigação do rei de recompensar os serviços de seus súditos. Cf. Xavier e Hespanha (1998, p. 380-293).

Serviram também como estratégia de memória, um dos principais produtos oferecidos pela prática do registro escrito. Seus estudos científicos e econômicos eternizaram a imagem de homem das Luzes, transformando-se em “impressões digitais”, marcas de identidade pelas quais se tornou conhecido (RICOEUR, 2014). Resta agora perguntar se o sistema de representação funcionou de alguma forma.

A construção da imagem de um estadista³²

Durante os anos em que ficou afastado de Portugal, D. Rodrigo não descurou de se fazer presente nos meios cultos lisboetas, sobretudo por meio da divulgação de seus escritos e memórias. Mesmo que ele não tenha expressado claramente a intenção de apresentar seus estudos com o propósito de ser agraciado com empregos no real serviço, essa prática contribuiu de modo significativo para a construção da imagem de um homem apto a atuar no centro do poder monárquico com suas luzes e talentos. Cabe-nos perguntar se esse comportamento teve algum peso para a sua nomeação em 1796.

Um primeiro reconhecimento partiu de seu antigo mestre da Universidade de Coimbra, o naturalista paduano Domenico Vandelli. Figura de influência junto ao príncipe regente D. João, afirmou em setembro de 1796 que “o caráter de Ministro de Finanças se acha em D. Rodrigo, se não me engano, mais que em qualquer outro, que se possa propor a este emprego” (VANDELLI, 1994, p. 304). Um ano antes, Luís Pinto de Souza Coutinho havia recebido uma memória com propostas de reformas econômicas e financeiras da lavra de D. Rodrigo, texto decisivo para a sua convocação para o cargo de ministro do ultramar (SILVA, 2006, v. 2, p. 14).

A notícia de sua nomeação foi aclamada com manifestações de apoio, vindas de distintas regiões da Europa e da América portuguesa. D. João de Almeida de Melo e Castro, ministro plenipotenciário em Londres e amigo dos tempos da Universidade de Coimbra, louvou a nomeação de D. Rodrigo para o cargo, pois em sua opinião a escolha abrihantava a memória de seu tio, Martinho de Melo e Castro. Em 18 de janeiro de 1797, destacou os “talentos tão luminosos” de D. Rodrigo, aproveitando para registrar os “aplausos” da Corte de Londres com a decisão do príncipe regente D. João.³³

³² O uso do termo “estadista” não ignora as problemáticas em torno dessa noção ligada ao debate do Estado-nação do século XIX. A expressão é aqui usada na acepção da época Moderna, como aquele que compreende serem os seus interesses coincidentes com os do *príncipe*, que era a própria representação do Estado. Cf. Kamen (1995).

³³ ANTT/CCCL. Maço 64/18. Carta de D. João de Almeida para o 1º conde de Linhares. 18 jan. 1797. Grifos nossos.

O reconhecimento da erudição de D. Rodrigo para o enfrentamento dos dilemas vividos por Portugal no final do século XVIII evidencia-se no registro feito por João Rodrigues de Sá e Melo, visconde de Anadia:

Se a escolha que Sua Majestade [...] fez da tua pessoa em o emprego de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos causa uma geral satisfação pela bem merecida reputação das tuas luzes, talentos e honra, qual não deverá ser o gosto daqueles que a esta opinião universal unem não só o conhecimento pessoal destas qualidades, mas também a fortuna de terem sido teus colegas e serem teus amigos?³⁴

Sá e Melo evidencia um outro traço fundamental ao funcionamento das redes de sociabilidade do Antigo Regime: os vínculos de amizade. Aspecto destacado pelo governador de Minas Gerais, D. Bernardo José de Lorena. Na missiva que parabenizava D. Rodrigo, lembrou a “antiga e verdadeira amizade do Colégio [dos Nobres]”, destacando a “acertadíssima eleição de Sua Majestade” do seu “amigo, o Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo para Secretário de Estado desta repartição, premiando assim os seus serviços e grandes talentos, de que eu sou testemunha”.³⁵ Percepção evidente também para as elites letradas da América portuguesa, em particular entre os homens que estudaram na Universidade de Coimbra (MAXWELL, 1999, p. 157-207).

Considerações finais

Como Michel de Montaigne afirmou em seus *Ensaios*, “somos todos feitos de peças separadas, e num arranjo tão disforme e diverso que cada peça, a todo instante, faz seu próprio jogo” (MONTAIGNE, 2010, p. 210). O exame da correspondência privada de D. Rodrigo de Souza Coutinho deslinda a riqueza que uma vida é capaz de comportar. Como procuramos demonstrar, ele teve sua trajetória marcada pelas incertezas acerca da sua carreira no real serviço, bem como do reconhecimento da monarquia dos talentos que acreditava possuir para assumir funções no reino ou no ultramar. Suas cartas revelam, assim, uma perspectiva totalmente discordante da visão reiterada pela historiografia, a qual tributa seu prestígio à influência de seu padrinho, o marquês de Pombal.

Nas missivas analisadas não localizamos qualquer pretensão aos cargos ocupados por ele na virada do século XVIII para o XIX. Tal aspecto também colabora com a defesa feita nesse estudo de que sua trajetória não estava garantida pela proximidade de sua família com o poder central. Ao contrário, buscamos evidenciar o quanto era necessário se submeter

³⁴ ANTT/CCL. Maço 64/68. Carta para o 1º conde de Linhares do visconde de Anadia. 12 nov. 1798.

³⁵ ANTT/CCL. Maço 71/53. Carta para o Principal Souza de Bernardo José de Lorena. 24 nov. 1797.

aos mecanismos de funcionamento da sociedade de corte. Entre eles, destacam-se tanto a necessidade de se inserir em uma ampla rede de protetores, em especial os que compunham o topo da pirâmide administrativa da monarquia, quanto as situações de preterimento, resultantes talvez das “inimizades”, mas principalmente da justiça régia que nem sempre agradava de acordo com os interesses do súdito.

Pesaram sobre ele e seus irmãos, a mácula na linhagem, resultante do casamento de seu pai com D. Ana Luísa. Tal situação não passou despercebida na Corte, lugar onde as “vozes públicas” murmuravam a infâmia da família, ruídos que “ouvimos” ao lermos suas cartas particulares (CONCEIÇÃO, 2003, p. 55-74). Mas, se o sangue era uma justificativa para o desamparo da família, D. Rodrigo soube se valer do que havia de mais aquilatado naquele momento: sua cultura ilustrada. Suas memórias e escritos mostraram-se de grande valor, destacando-o entre os seus pares.

As “conversas” registradas nas missivas são fundamentais à compreensão de uma outra imagem do personagem. Conhecido na historiografia por sua “genialidade” e “visionarismo”, atributos advindos de suas ações no enfrentamento dos dilemas sofridos por Portugal em tempos marcados por revoluções na Europa e no Atlântico, D. Rodrigo foi, sobretudo, um homem de seu tempo. Como outros membros da nobreza, estamento o qual estava inserido, precisou se submeter às acirradas disputas pelos principais cargos da monarquia.

Assinalamos, por fim, a importância de os estudos de trajetória contemplarem a dimensão dos sentimentos contidos em fontes documentais como as cartas particulares. Elas abrem “janelas” pelas quais é possível espionar o cotidiano das famílias, aspecto que mereceria um estudo específico. Historicizar as subjetividades, permite ao historiador localizar as tais “impressões digitais” que os indivíduos deixaram de si, tal como alude Paul Ricoeur. D. Rodrigo viveu em um tempo em que a existência na Corte era dependente de estratégias de sociabilidade e representação, as quais foram em grande medida realizadas por meio das missivas. Suas cartas estão repletas de anseios, angústias, expectativas, que excedem, muitas vezes, a racionalidade de seus pleitos por empregos no real serviço. Revelam, sobretudo, a dimensão humana que confere sentido à prática historiográfica.

Fontes documentais

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Colégio dos Nobres. Registo de Colegiais*. Livro primeiro de registo das entradas, saídas, profissões e actos que fizerem os colegiais do Colégio Real de Nobres (1765-1771).

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Coleção Condes de Linhares (CCL)*. Carta de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho à D. Ana Joaquina. Madri, 21 jul. 1778. Maço 59/5; Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para João de Oliveira de Saldanha.

[S.l.] [s.d.], Maço 62/23; Carta de D. João de Almeida para o 1º conde de Linhares. Londres, 20 fev. 1793. Maço 64/18; Carta de D. João de Almeida de Melo e Castro para o 1º conde de Linhares. 18 jan. 1797. Maço 64/18; Carta para o Principal Sousa de Bernardo José de Lorena. Vila Rica, 24 nov. 1797. Maço 71/53; Carta para o 1º conde de Linhares do visconde de Anadia. Lisboa, 12 nov. 1798. Maço 64/68; Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a João Paulo Bezerra Seixas, set./out. de 1778. In: SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les micro-biographies (sources – méthode – étude de cas). *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1979, p. 21-65, p. 50, doc. 14.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Desembargo do Paço (DP)* (Estremadura-corte-Ilhas). Próprios, maço 196, n. 22.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)*. Correspondência para as Legações portuguesas. Despachos. Livro 105; Legação Turim, caixa 863. Carta de 20 dez. 1788.

BIBLIOTECA Nacional (Brasil). *Colecção Linhares*. Carta de D. Rodrigo de S. Coutinho a D. Lourenço de Lima comunicando a sua nomeação como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Viena. Turim, 16 jul. 1791.

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Textos políticos, econômicos e financeiros. (1783-1811)*. Dir. de Andréa Mansuy-Diniz Silva. 2 tomos. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

QUELHAS, José Firmino da Silva Geraldês. *Panegírico histórico do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares*, etc. Lisboa: Impressão Régia, 1812.

VANDELLI, Domingos. *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*. Introdução e direção José Vicente Serrão. Lisboa: Ed. Banco de Portugal, 1994.

Referências

ARAÚJO, Ana Cristina. Narrar e silenciar o quotidiano. A correspondência de Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XLVII, p. 269-291, 2016. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/40689>. Acesso em: 10 out. 2020.

ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina. (coord.). *O marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. p. 9-40.

BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidade. *Revista Mexicana de Sociología*, Universidad Nacional Autónoma de México, v. 61, n. 2, p. 107-135, abr. - jun. 1999.

Disponível em: www.jstor.org/stable/3541231. Acesso em: 22 nov. 2020.

BEUNZA, José M. I.; RUIZ, Lara A. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, n. 4, dez. 2011. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Centro de História da Cultura. Universidade de Lisboa, v. XIV, IIª série, p. 105-171, 2002.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. 2. ed. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*. 1780-1808. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CAROLINO, Luís M. O poder dos livros: a biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 174, n. 460, p. 109-140, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/181-volume-460.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

CONCEIÇÃO, Adriana A. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o marques do Lavradio*. Sentir, escrever e governar. 1768-1779. São Paulo: Alameda, 2013.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; Pedro Cardim; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 191-252.

DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, INIC, v. 1, p. 45-114, 1982.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FUNCHAL, Marquês do. *O conde de Linhares Dom Rodrigo Domingos Antônio de Souza Coutinho*. Lisboa, 1908.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155-202.

HESPANHA, António Manuel. (coord.). *História de Portugal*, v. 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

- HESPANHA, António Manuel. A nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII. *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa: Edição Cosmos, n. 12, p. 27-42, 1993.
- KAMEN, Henry. *O Estadista*. In: VILLARI, Rosario. *O homem do barroco*. Lisboa: Ed. Presença, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. 3. ed. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros*. Ensaios tropicais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*. Brasil-Portugal, 1750-1808. Trad. de João Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Camara: Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes: 1764-1835*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.
- MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-115.
- MONTEIRO, Nuno G. O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 4-20, nov. 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2010.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O príncipe D. João e o mundo de Queluz. Despotismo ministerial, tensões estamentais e sacralização do Estado na crise do Antigo Regime português. *Anais do Museu Histórico Nacional*, n. 31, p. 9-34, 1999.
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, mai.-ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v18n35/2237-101X-topoi-18-35-00429.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.
- PINTO, Francisco Eduardo. O declínio das propriedades da família Souza Coutinho na capitania das Minas Gerais. *Tempos Históricos*. Paraná, v. 16, p. 163-194, 2º sem. 2012.

Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8102>.
Acesso em: 30 nov. 2020.

POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império português, 1796-1812*. São Paulo: Hucitec, 2015.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 235-248.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Trad. de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SANTOS, Nívia Pombo C. dos. *O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados. Portugal, Brasil e Angola (1796-1803)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1520.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SANTOS, Nívia Pombo C. dos. Um turista na Corte do Piemonte: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 213-225, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000100011>. Acesso em: 10 out. 2020.

SÃO PAYO, Luiz de M. V. de. Indevida admissão na Ordem de Malta: D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho. *Revista Filermo*, Lisboa, v. 3, p. 83-100, 1994.

SCHEDDEL, Madalena. *Em defesa do império ameaçado: a ação política e diplomática de D. João de Almeida de Melo e Castro, 5º conde das Galveias (1792-1814)*. Cascais: Tribuna da História, 2016.

SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'état, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*. 2 v. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003-2006.

SILVA, André Mansuy-Diniz. Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les micro-biographies (sources – méthode – étude de cas). *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, p. 21-65, 1979.

SOUZA, Otavio Tarquínio de (1889-1959). *História dos fundadores do Império do Brasil*. V. 1: José Bonifácio. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: HESPANHA, António M. (coord.). *História de Portugal*. V. 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 156-271.